RESUMO

Doing Business 2010

Reformando em Épocas Difíceis

COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES EM 183 ECONOMIAS

Doing Business 2010

COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES EM 183 ECONOMIAS

UMA COPUBLICAÇÃO DA PALGRAVE MACMILLAN, IFC E DO BANCO MUNDIAL

© 2009 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial
1818 H Street NW
Washington, D.C. 20433
Telefone 202-473-1000
Internet www.worldbank.org
E-mail feedback@worldbank.org

Todos os direitos reservados.

1 2 3 4 08 07 06 05

Uma publicação conjunta do Banco Mundial, da Corporação Financeira Internacional e da Palgrave and MacMillan.

PALGRAVE MACMILLAN

No Reino Unido a Palgrave MacMillan é uma gráfica da MacMillan Publishers Limited, registrada na Inglaterra, empresa de número 785998, de Houndsmills, Basingstoke, Hampshire, RG21 6XS.

Nos Estados Unidos a Palgrave MacMillan é uma divisão da St Martin's Press LLC, 175 Fifth Avenue, New York, NY, 10010.

A Palgrave MacMillan é uma gráfica acadêmica global das supramencionadas empresas e tem companhias e representantes em todo o mundo.

Palgrave® e Macmillan® são marcas registradas nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Europa e em outros países.

Este volume foi produzido pelo pessoal do Grupo Banco Mundial. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste relatório não refletem necessariamente a opinião dos Diretores Executivos do Banco Mundial nem dos governos dos países que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho.

Direitos e permissões

O material desta publicação é protegido por direitos autorais. Sua reprodução e/ou transmissão, total ou parcial, sem permissão pode constituir violação das leis em vigor. O Banco Mundial incentiva a divulgação do seu trabalho e geralmente concede pronta permissão para a reprodução de partes desta publicação.

Para obter permissão para fazer fotocópias ou reimprimir qualquer parte deste trabalho, favor enviar solicitação com informações completas a: Copyright Clearance Center Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, USA; telefone: 978-750-8400; fax: 978750-4470; Internet: www.copyright.com.

Todas as outras consultas sobre direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, devem ser endereçadas a: Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street, NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2422; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Exemplares adicionais de *Doing Business 2010: Reforming through Difficult Times* (Fazendo Negócios em 2010: Reformando em Época Difíceis); *Doing Business 2009* (Fazendo Negócios 2009); *Doing Business 2008* (Fazendo Negócios 2008); *Doing Business 2007: How to Reform* (Fazendo Negócios 2007: Como Reformar)*; Doing Business in 2006: Creating Jobs* (Fazendo Negócios em 2006: Criação de Empregos); *Doing Business in 2005: Removing Obstacles to Growth* (Fazendo Negócios em 2005: Remoção de Obstáculos ao Crescimento); e *Doing Business in 2004: Understanding Regulations* (Fazendo Negócios em 2004: Compreendendo os Regulamentos) podem ser adquiridos no site www.doingbusiness.org.

Os dados para inclusão no catálogo da Biblioteca do Congresso sobre títulos em fase de publicação foram solicitados. Impresso nos Estados Unidos.

Doing Business 2010 é o sétimo de uma série de relatórios anuais que investigam as regulamentações que melhoram a atividade de negócios e as regulamentações que a restringem. O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 183 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e no decorrer do tempo.

São avaliadas as regulamentações que afetam os 10 estágios da vida de um negócio: iniciar um negócio, lidar com alvarás de construção, empregar trabalhadores, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, negociar no exterior, cumprir contratos e fechar um negócio. Os dados disponíveis no *Doing Business 2010* foram atualizados em 1º de junho de 2009. Os indicadores são usados para analisar os resultados econômicos e identificar que reformas funcionaram, onde e por que funcionaram.

A metodologia para os indicadores do emprego de trabalhadores mudou no *Doing Business 2010*. Consulte as notas dos Dados para obter detalhes. A pesquisa continua em duas áreas: obtenção de eletricidade e proteção dos trabalhadores. Os resultados iniciais são apresentados neste relatório.

WEBSITE DO DOING BUSINESS

Características atuais
Notícias sobre o projeto *Doing Business* podem ser consultadas no website *http://www.doingbusiness.org*

Classificações
Como são classificadas as economias — de 1 a 183. Podem ser consultadas no *website http://www.doingbusiness.org/economyrankings*

Reformadores
Pequenos resumos das reformas DB2010, listas dos reformadores desde DB2004 e um instrumento de simulação de classificação. Podem ser consultadas no website *http://www.doingbusiness.org/reformers*

Dados históricos
Conjuntos de dados personalizados desde DB2004. Podem ser consultados no website *http://www.doingbusiness.org/custom query*

Metodologia e pesquisa
Os documentos de metodologias e pesquisa que servem de base ao *Doing Business* podem ser consultados *http://www.doingbusiness.org/MethodologySurveys*

Baixar relatórios
Os relatórios *Doing Business*, relatórios subnacionais e regionais, bem como estudos de caso de reforma e perfis personalizados tanto nacionais como regionais podem ser consultados no website *http://www.doingbusiness.org/downloads*

Projetos subnacionais e regionais
As diferenças nas regulamentações nos níveis subnacional e regional podem ser consultadas no website *http://www.doingbusiness.org/subnational*

Biblioteca jurídica
Uma coleção on-line de leis e regulamentações relacionadas com negócios e questões de gênero. Pode ser consultada no website *http://www.doingbusiness.org/lawlibrary*
http://www.doingbusiness.org/genderlawlibrary

Parceiros locais
Mais de 8.000 especialistas em 183 economias que participam do Doing Business. Podem ser consultados no website *http://www.doingbusiness.org/LocalPartners*

Clube de reformadores
Celebrando os 10 principais reformadores *Doing Business*. Podem ser consultados no website *http://www.reformersclub.org*

Planeta de negócios
Mapa interativo sobre a facilidade de fazer negócios. Pode ser consultado no website *http://www.doingbusiness.org/map*

Sumário

Sobre o relatório Doing Business (Fazendo Negócios)	**1**
Visão geral	**7**
Abrir um negócio	**–**
Lidar com alvarás de construção	**–**
Empregar trabalhadores	**–**
Registro da propriedade	**–**
Obtenção de crédito	**–**
Proteção de investidores	**–**
Pagar impostos	**–**
Comércio entre fronteiras	**–**
Cumprir contratos	**–**
Fechar um negócio	**–**
Anexo: indicadores-piloto sobre obtenção de eletricidade	**–**
Anexo: proteção dos trabalhadores	**–**
Referências	–
Notas de dados	–
Facilidade para fazer negócios	**16**
Tabelas de Países	–
Agradecimentos	**20**

Sobre o relatório *Doing Business* (Fazendo Negócios)

Em 1664, William Petty, um conselheiro de Charles II da Inglaterra, compilou as primeiras conhecidas contas nacionais. Ele fez quatro entradas. No lado das despesas, "alimentos, habitação, roupas e todas as outras necessidades básicas" foram estimadas em £40 milhões. A renda nacional foi dividida entre 3 fontes: £8 milhões da terra, £7 milhões de outros bens pessoais e £25 milhões dos rendimentos do trabalho.

Séculos mais tarde, as estimativas da renda nacional, despesas e entradas e saídas de materiais se tornaram mais abundantes. Mas foi só no início de 1940 que foi desenvolvida uma estrutura sistemática para calcular a renda e as despesas nacionais, sob a direção do economista britânico John Maynard Keynes. Como a metodologia se tornou um padrão internacional, tornou-se possível fazer comparações entre as situações financeiras de diferentes países. Hoje os indicadores macroeconômicos nas contas nacionais são padrão em todos os países.

Os governos comprometidos com a saúde econômica de seu país e com oportunidades para seus cidadãos focalizam agora em mais do que condições macroeconômicas. Eles também prestam atenção às leis, regulamentações e arranjos institucionais que compõem a atividade econômica diária.

A crise financeira global tem interesse renovado em boas normas e boa regulamentação. Em épocas de recessão a regulamentação comercial eficaz e as instituições podem apoiar o reajuste econômico. A facilidade de abertura e fechamento de empresas e a flexibilidade na distribuição de recursos tornam mais fácil parar de fazer produtos para os quais enfraqueceu a demanda e começar a fazer novos produtos. O esclarecimento dos direitos de propriedade e o fortalecimento da infraestrutura de mercado (tais como informação sobre crédito e sistemas de garantia) podem contribuir para aumentar a confiança à medida que os investidores e empresários procuram reconstruir.

Até muito recentemente, contudo, não havia nenhum conjunto de indicadores globalmente disponível para monitorar tais fatores microeconômicos e analisar sua relevância. Os primeiros esforços, na década de 1980, basearam-se em dados de percepções de especialistas e empresários. Esses estudos são indicadores úteis das condições econômicas e políticas. Mas o fato de terem como base percepções e sua cobertura incompleta a respeito dos países pobres restringem sua utilidade para análise.

O projeto *Doing Business*, lançado há oito anos, deu um passo à frente. Ele examina as pequenas e médias empresas nacionais e avalia as regulamentações aplicadas a elas por meio de seu ciclo de vida. O projeto *Doing Business* e o modelo de custo padrão desenvolvido inicialmente e aplicado na Holanda são, por agora, os únicos instrumentos usados em uma ampla gama de jurisdições para medir o impacto de regulamentação governamentais sobre a atividade empresarial.[1]

O primeiro relatório *Doing Business*, publicado em 2003, cobriu cinco conjuntos de indicadores em 133 economias. O relatório deste ano abrange conjuntos de 10 indicadores em 181 economias. O projeto beneficiou-se do feedback de governos, acadêmicos, profissionais liberais e revisores.[2] Permanece a meta inicial: fornecer uma base objetiva para compreender e melhorar o enquadramento regulamentar para os negócios.

O QUE ABRANGE O *DOING BUSINESS*

O *Doing Business* oferece uma medida quantitativa de regulamentações para iniciar um negócio, lidar com alvarás de construção, empregar trabalhadores, registrar a propriedade, obter crédito, proteger investidores, pagar impostos, para importar e exportar, cumprir contratos e fechar um negócio — segundo a forma em que elas se apliquem a pequenas e médias empresas nacionais.

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é que a atividade econômica requer boas regras. Isso inclui regras que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e reduzam os custos para solucionar disputas, regras que aumentem a previsibilidade das interações econômicas e regras que forneçam às partes de um contrato proteções básicas contra abuso. O objetivo: regulamentações criadas para serem eficazes, acessíveis a todos que precisem usá-las e simples em sua implementação. Assim sendo, alguns indicadores do relatório *Doing Business* atribuem uma classificação mais elevada para uma maior regulamentação, como por exemplo requisitos mais rigorosos na divulgação de transações relacionadas com partidos. Alguns fornecem uma classificação mais elevada para uma forma mais simplificada de implementar a regulamentação existente, como por exemplo preencher formalidades para iniciar um negócio em um serviço centralizado.

O projeto *Doing Business* engloba dois tipos de dados. O primeiro é proveniente da leitura das leis e dos regulamentos. A segunda são indicadores de tempos e etapas que medem a eficácia na obtenção de uma meta regulatória (como a concessão da identidade legal de um negócio).Nos indicadores de tempos e etapas, as estimativas de custo são registradas com base em uma tabela de taxas oficiais, conforme aplicável. Aqui, o *Doing Business* inspira-se no trabalho pioneiro de Hernando de Soto para aplicar a abordagem de tempos e etapas usada inicialmente por Frederick Taylor para revolucionar a produção do Modelo T Ford. De Soto usou a abordagem na década de 1980 para mostrar os obstáculos enfrentados para estabelecer uma fábrica de roupas nos arredores de Lima.[3]

O QUE NÃO ABRANGE O *DOING BUSINESS*

Tão importante quanto saber o que o *Doing Business* faz é saber o que ele não faz — para entender as limitações a serem levadas em conta ao interpretar os dados.

LIMITADO NO ESCOPO

O *Doing Business* foca 10 tópicos, com o objetivo específico de avaliar a regulamentação e a burocracia relevante para o ciclo de vida de uma firma nacional de pequeno a médio porte. Conseqüentemente:

- O *Doing Business* não avalia todos os aspectos do ambiente de negócios que importam para firmas ou investidores — ou todos os fatores que afetam a competitividade. Ele não avalia, por exemplo, segurança, estabilidade macroeconômica, corrupção, qualificação da mão-de-obra da população, a força subjacente de instituições ou da qualidade da infra-estrutura.[4] Nem se concentra em regulamentos específicos para investimento estrangeiro.
- O *Doing Business* não avalia os pontos fortes do sistema financeiro ou de regulamentações de mercado, ambos fatores importantes na compreensão de algumas causas inerentes à crise financeira global.
- O *Doing Business* não cobre todos os regulamentos, ou todas as metas normativas, em nenhuma economia. À medida que as economias e a tecnologia avançam, mais áreas de atividade econômica estão sendo regulamentadas. Por exemplo, o conjunto de leis (acquis) da União Européia aumentou hoje para cerca de 14.500 conjuntos de normas. O *Doing Business* avalia somente 10 fases do ciclo de vida de uma empresa, por meio de 10 conjuntos específicos de indicadores. Os conjuntos de indicadores também não cobrem todos os aspectos dos regulamentos em uma determinada área. Por exemplo os indicadores da abertura de uma empresa ou da proteção de investidores não abrangem todos os aspectos da legislação comercial. Os indicadores do emprego de trabalhadores não abrangem todas as áreas da regulamentação do trabalho. Medidas para regulamentações sobre a segurança no trabalho ou o direito de negociação coletiva, por exemplo, não estão incluídos no atual conjunto de indicadores.

COM BASE NOS CENÁRIOS DE CASOS PADRONIZADOS

Os indicadores do *Doing Business* são desenvolvidos com base nos cenários de casos padronizados com pressupostos específicos, como o da empresa estar localizada na maior cidade de negócios da economia. Os indicadores econômicos normalmente criam pressupostos limitadores desse tipo. As estatísticas de inflação, por exemplo, geralmente são baseadas em preços de produtos de consumo em algumas áreas urbanas.

Esses pressupostos permitem uma cobertura global e aumentam a possibilidade de comparação.Mas eles surgem à custa da generalidade. A regulamentação dos negócios e seu cumprimento diferem em diferentes partes de uma mesma economia, especialmente nos estados federais e nas grandes economias.E é claro que os desafios e as oportunidades da maior cidade de negócios — seja Mumbai ou São Paulo, Nukualofa ou Nassau — variam enormemente entre as economias. Reconhecendo o interesse dos governos nessa variação, o *Doing Business* complementou seus indicadores globais com estudos subnacionais em economias como o Brasil, China, Colômbia, República Árabe do Egito, Índia, Quênia, México, Marrocos, Nigéria e Filipinas.[5]

Nas áreas onde a regulamentação é complexa e altamente diferenciada, o caso padronizado usado para construir o indicador do *Doing Business* precisa ser claramente definido. Onde é relevante, o caso padronizado assume uma empresa de responsabilidade limitada.Essa escolha é em parte empírica: empresas privadas, de responsabilidade limitada são a forma de negócio mais predominante na maioria das economias do mundo inteiro.A escolha também reflete um foco do *Doing Business*: ampliação de oportunidades de empreendedorismo. Os investidores são encorajados a se aventurar no negócio quando as perdas potenciais são limitadas à sua participação no capital.

ENFOQUE NO SETOR FORMAL

Ao desenvolver os indicadores, o *Doing Business* supõe que os empresários estejam cientes de todas as regulamentações em vigor e que as cumpram. Na prática, os empresários podem gastar um tempo considerável tentando descobrir onde ir e que documentos apresentar.Ou podem evitar os procedimentos exigidos legalmente em sua totalidade — não se registrando na providência social, por exemplo.

Onde a regulamentação é especialmente onerosa, os níveis de informalidade são mais altos.A informalidade tem um custo: as firmas do setor informal de modo geral crescem mais lentamente, têm menos acesso a crédito e empregam menos trabalhadores — e seus trabalhadores não recebem as proteções das leis trabalhistas.[6] O *Doing Business* avalia um conjunto de fatores que ajuda a explicar as causas da informalidade e fornece aos formuladores de políticas idéias sobre as possíveis áreas de reforma. Para compreender totalmente o ambiente de negócios, e ter uma perspectiva mais ampla dos desafios na criacão de políticas, é necessário combinar sugestões do *Doing Business* com dados de outras fontes, como as Pesquisas do Banco Mundial sobre Empresas.[7]

POR QUE ESSE ENFOQUE

O *Doing Business* funciona como um tipo de teste de colesterol do ambiente normativo das empresas nacionais. Um teste de colesterol não diz tudo sobre nossa condição de saúde. Mas avalia um aspecto importante de nossa saúde. E coloca-nos em estado de alerta para mudar comportamentos de uma forma que não melhore somente nosso colesterol, mas também nossa saúde como um todo.

Uma forma de testar se o *Doing Business* serve como indicador do ambiente de negócios mais amplo e da competitividade é observar as correlações

entre as classificações do *Doing Business* e outros importantes padrões de referência econômicos. O conjunto de indicadores mais próximo do *Doing Business* no que ele mede é o de indicadores da regulamentação do mercado de produtos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico; a correlação aqui é de 0,75. O Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial e do Anuário de Competitividade Mundial da IMD são mais abrangentes, mas os dois também estão fortemente correlacionados com o *Doing Business* (0,79 e 0,72, respectivamente). Essas correlações sugerem que onde houver paz e estabilidade macroeconômica, a regulamentação das empresas nacionais terá um papel essencial na competitividade econômica.

Uma questão mais ampla é se os problemas focalizados pelo *Doing Business* são importantes para o desenvolvimento e a redução da pobreza. O estudo Voices of the Poor (Vozes dos Pobres) do Banco Mundial perguntou a 60.000 pessoas do mundo inteiro como seria possível para eles fugir da pobreza.[8] As respostas foram inequívocas: de modo semelhante, mulheres e homens depositam suas esperanças, acima de tudo, na renda proveniente de seu próprio negócio ou de salários de empregos. O apoio ao crescimento — e garantir que os pobres participem de seus benefícios — requer um ambiente onde novos participantes com idéias boas e dinâmicas, independentemente de seu gênero e origem étnica, possam iniciar um negócio e onde boas firmas possam investir e crescer, gerando mais empregos.

As pequenas e médias empresas são os principais impulsionadores da concorrência, crescimento e criação de empregos, especialmente nos países em desenvolvimento. Porém, nessas economias até 80% da atividade econômica é realizada no setor informal.As firmas podem ser impedidas de entrar no setor formal devido à burocracia e regulamentação excessivas.

Onde a regulamentação é mais onerosa e a competição é limitada, o sucesso tende a depender mais das pessoas que você conhece do que da suas capacidades. Mas onde a regulamentação é transparente, eficiente e implementada de maneira simples, torna-se fácil para qualquer aspirante a empresário, independentemente de suas conexões, para operar dentro da lei e beneficiar-se das oportunidades e proteções que a lei oferece.

Desse modo, o *Doing Business* valoriza boas normas como a chave para a inclusão social. Também fornece uma base para estudar os efeitos das regulamentações e sua aplicação. Por exemplo, o *Doing Business 2004* descobriu que a rapidez da execução de contratos estava associada com as percepções de uma maior imparcialidade judicial — sugerindo que justiça atrasada é justiça negada.[9]

Na atual crise global os formuladores de política enfrentam desafios especiais. As economias tanto desenvolvidas como em desenvolvimento presenciam o impacto da crise financeira que penetra na economia real, aumentando o desemprego e diminuindo a renda. O principal desafio para muitos governos é criar novos empregos e oportunidades econômicas. Porém, muitos têm poucos recursos para atividades financiadas com o erário público, tais como investimento na infraestrutura ou a provisão de sistemas de segurança social. As reformas direcionadas para a criação de um melhor clima de investimento, incluindo reformas da regulamentação comercial, podem ser benéficas por várias razões. Uma regulamentação flexível e instituições eficazes, inclusive processos eficientes para iniciar um negócio e sistemas eficientes de insolvência ou bancarrota podem facilitar a realocação da mão-de-obra e do capital. E instituições e processos normativos, agilizados e acessíveis, podem ajudar a assegurar que, ao serem reconstituídos os negócios, diminuam as barreiras entre os setores informal e formal, criando mais oportunidades para as pessoas de baixa renda.

DOING BUSINESS COMO EXERCÍCIO COMPARATIVO

O *Doing Business*, ao captar algumas dimensões chave dos regimes normativos, tem sido útil na definição de parâmetros referenciais. Qualquer comparação — para indivíduos, firmas ou economias — é necessariamente parcial. Esta comparação é válida e útil se ajudar a clarificar o pensamento, embora seja menos valida se substituir o pensamento.

O *Doing Business* fornece dois enfoques sobre os dados coletados: apresenta indicadores "absolutos" para cada economia de cada um dos 10 tópicos normativos tratados e fornece classificações de economias ambas pelo indicador e em conjunto. É preciso discernimento na interpretação dessas medidas para qualquer economia e na determinação de um caminho sensível e politicamente viável para uma reforma.

A revisão isolada das classificações do *Doing Business* pode mostrar resultados imprevistos. Algumas economias podem ter uma classificação inesperadamente alta em alguns indicadores.E algumas economias que tiveram crescimento rápido ou atraíram muitos investimentos podem apresentar uma classificação mais baixa do que outros que parecem ser menos dinâmicos.

Mas para governos voltados para reformas, a melhoria contínua de seus indicadores é mais importante do que sua classificação absoluta. À medida que as economias desenvolvem, fortalecem e incluem regulamentações para proteger o investidor e os direitos de propriedade. Enquanto isso, descobrem formas mais eficazes de implementar regulamentações existentes e cortar as que estiverem ultrapassadas. Uma conclusão do *Doing Business*: economias dinâmicas e em crescimento reformam e atualizam constantemente suas regulamentações e sua forma de implementá-las, enquanto muitas economias pobres ainda trabalham com sistemas normativos criados nos finais de 1800.

DOING BUSINESS — GUIA DO USUÁRIO

Dados quantitativos e parâmetros referenciais podem ser úteis para estimular debates sobre política, ao expor desafios potenciais e identificar onde os formuladores de políticas podem

procurar lições e boas práticas.Esses dados também fornecem uma base para analisar como diferentes abordagens políticas — e diferentes reformas políticas — contribuem para resultados desejados como competitividade, crescimento e aumento de empregos e rendas.

Sete anos de dados do *Doing Business* permitiram que um volume cada vez maior de pesquisa sobre como os indicadores de desempenho do *Doing Business* — e reformas relevantes a esses indicadores — estão relacionados aos resultados econômicos e sociais desejados. Foram publicados cerca de 405 artigos em revistas acadêmicas revisadas e cerca de 1.143 documentos de trabalho estão disponíveis por meio de Google Scholar.[10] Algumas das conclusões:

- A redução de barreiras para a criação de um negócio está associada a um menor setor informal.[11]
- Custos mais baixos para a criação de uma empresa podem aumentar a produtividade de uma firma e reduzir a corrupção.[12]
- Abertura de negócios mais simples pode significar maiores oportunidades de emprego.[13]

Como os governos usam o *Doing Business*? A primeira reação comum é duvidar da qualidade e relevância dos dados do *Doing Business*. Contudo, o debate geralmente prossegue para uma discussão mais profunda que explora a relevância dos dados para a economia e para áreas onde a reforma possa fazer sentido.

A maioria dos reformadores começa buscando exemplos e o *Doing Business* ajuda nessa tarefa. Por exemplo, a Arábia Saudita usou a legislação de sociedades anônimas da França como modelo para revisar sua própria legislação. Muitos países da África recorrem às Ilhas Maurício — detentor da melhor classificação da região nos indicadores do *Doing Business* — como fonte de boas práticas para reforma. Nas palavras do Dr. Luis Guillermo Plata, Ministro do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia,

Não se trata de fazer um bolo, tarefa para a qual basta seguir uma receita. Não. Somos todos diferentes. Mas podemos tomar certas coisas, certas lições-chave e aplicá-las e ver como funcionam em nosso ambiente.

Nos últimos sete anos tem havido muita atividade por parte dos governos na reforma do enquadramento regulamentar dos negócios nacionais.A maior parte das reformas relacionadas aos tópicos do *Doing Business* foi gerada em programas de reforma mais amplos voltados para o aumento da competitividade econômica. Na estruturação de seus programas de reforma, os governos usam dados múltiplos e indicadores. Os reformadores respondem a muitas partes envolvidas e grupos de interesses, todos eles trazem questões e preocupações importantes para o debate da reforma.

O apoio do Banco Mundial para esses processos de reforma destina-se a encorajar o uso crítico dos dados, formando o parecer e evitando um foco reduzido à melhoria das classificações do *Doing Business*.

METODOLOGIA E DADOS

O *Doing Business* cobre 183 economias — incluindo pequenas economias e alguns dos países mais pobres, sobre as quais há pouco ou nenhum dado disponível em outros conjuntos de dados. Os dados do *Doing Business* são baseados nas leis e regulamentações nacionais, assim como nos requisitos administrativos.

FONTES DE INFORMAÇÕES PARA OS DADOS

Grande parte dos indicadores baseia-se em leis e regulamentações. Além disso, a maior parte dos indicadores de custo é apoiada por tabelas de taxas oficiais. Os respondentes do *Doing Business* preenchem pesquisas por escrito e fornecem referências para as leis, regulamentos e tabelas de taxas relevantes, ajudando na verificação dos dados e na garantia da qualidade.

Para alguns indicadores parte do componente custo (onde faltam tabelas de taxas) e o componente tempo são baseados na realidade prática e não nas leis dos livros. Isso introduz um grau de subjetividade: A abordagem do *Doing Business* tem trabalhado, portanto, com advogados ou profissionais legais que executam regularmente as transações envolvidas. Seguindo a abordagem metodológica padrão de estudos de tempo e etapas, o *Doing Business* desdobra cada processo ou transação, como começar e operar legalmente um negócio, em etapas separadas para garantir uma melhor estimativa de tempo. A estimativa de tempo para cada etapa é dada por profissionais com experiência significativa e regular na transação.

Nos últimos sete anos, mais de 11.000 profissionais em 183 economias ajudaram a fornecer os dados que informam os indicadores do *Doing Business*. O relatório desse ano se baseia nas contribuições de mais de 8.000 profissionais. O website do *Doing Business* indica o número de entrevistados por economia e por indicador. Os entrevistados são profissionais ou funcionários públicos que normalmente prestam serviços de administração ou assessoramento em matéria de requisitos legais e normativos incluídos em cada tema do *Doing Business*. Devido ao foco nos arranjos legais e normativos, a maioria dos entrevistados são advogados. A pesquisa sobre informações de crédito é respondida por representantes do registro ou departamento de crédito. Despachantes, contadores, arquitetos e outros profissionais respondem às pesquisas relacionadas ao comércio entre fronteiras, impostos e alvarás de construção.

O enfoque do *Doing Business* na coleta de dados contrasta com a das pesquisas de empresas ou firmas, que captam com freqüência percepções e experiências de negócios únicas. Um advogado corporativo que registra de 100–150 negócios ao ano estará mais familiarizado com o processo do que um empresário, que registrará um negócio uma única vez ou talvez duas. Um juiz de falências que decide dúzias de casos por ano terá mais conhecimento sobre falências do que uma empresa que tenha passado pelo processo.

DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

A metodologia de cálculo de cada indicador é transparente, objetiva e facilmente reproduzida. Importantes acadêmicos colaboram no desenvolvimento dos indicadores, garantindo o rigor acadêmico. Seis dos documentos que servem de base para esses indicadores foram publicados nas principais revistas de economia. Uma já está em estágio avançado de publicação.

O *Doing Business* usa média simples para ponderar subindicadores e calcular classificações. Outras abordagens foram exploradas, incluindo o uso de componentes principais e componentes não observáveis. As abordagens dos componentes principais e dos componentes não observáveis passam a produzir resultados quase idênticos aos da média simples. Os testes mostram que cada conjunto de indicadores fornece novas informações. A abordagem média simples é, portanto, robusta para esses testes.

APERFEIÇOAMENTO DA METODOLOGIA E REVISÕES DE DADOS

A metodologia passou por uma melhoria contínua nos últimos anos. As mudanças foram feitas principalmente em resposta às sugestões dos países. Para fazer cumprir contratos, por exemplo, a quantia disputada no cenário de casos foi aumentada de 50% a 200% de renda per capita após o primeiro ano de coleta de dados, à medida que ficou claro que quantias menores tinham pouca chance de ir a juízo.

Outra mudança está relacionada à abertura de um negócio. A necessidade de um capital mínimo pode ser um obstáculo para empreendedores potenciais. Inicialmente, o *Doing Business* mediu o capital mínimo exigido independentemente de precisar ser pago antecipadamente ou não. Em muitas economias, somente parte do capital mínimo tem de ser paga antecipadamente. Para refletir a real barreira potencial de entrada, tem sido usado o capital mínimo integralizado desde 2004.

O relatório deste ano inclui mudanças na metodologia central em um conjunto de indicadores, a saber, os referentes ao emprego de trabalhadores. A premissa do estudo padronizado de casos foi modificada para referir-se à empresa pequena e média com 60 empregados em vez de 201. O objetivo da questão sobre o trabalho noturno e em feriados foi limitada a atividades de manufatura, nas quais a operação contínua é economicamente necessária. Prêmios de remuneração salarial estipulados pela lei para o trabalho noturno e em feriados até um determinado teto já não são considerados uma restrição. Além disso, o cálculo do coeficiente de salário mínimo foi modificado para assegurar que uma economia não se beneficie de uma classificação decorrente da redução do salário mínimo abaixo de US$ 1,25 por dia, ajustado à paridade do poder aquisitivo. Esse nível é coerente com os recentes reajustes do Banco Mundial à linha absoluta de pobreza. Finalmente, o cálculo do custo de redundância foi ajustado, de forma que os pagamentos de indenização por afastamento ou proteções contra o desemprego abaixo de um determinado teto não signifiquem uma melhor pontuação para uma economia.

Todas as mudanças na metodologia são explicadas nas Notas sobre Dados e também no website do *Doing Business*. Além disso, dados históricos para cada indicador e cada economia estão disponíveis no website, começando com o primeiro ano em que o indicador ou a economia foi incluído no relatório. Para fornecer dados cronológicos comparáveis para pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para ajustar-se às mudanças na metodologia e a quaisquer revisões nos dados devido a correções. O website também disponibiliza todos os conjuntos de dados originais usados nos artigos acadêmicos em que se baseiam os indicadores.

As informações sobre as correções dos dados são fornecidas nas Notas sobre Dados constantes no website.Um procedimento transparente de queixa permite a qualquer pessoa contestar os dados.Se os erros forem confirmados após um processo de verificação de dados, eles serão imediatamente corrigidos.

NOVO NESTE ANO

O relatório deste ano apresenta duas averiguações iniciais em duas novas áreas: a facilidade de conseguir conexão elétrica e o nível de adoção de uma legislação nacional de aspectos dos padrões principais de trabalho da Organização Mundial do Trabalho (OMT) em matéria de trabalho infantil. Nenhum desses conjuntos de indicadores-piloto está incluído nas classificações do *Doing Business*.

INDICADORES-PILOTO SOBRE OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE

Onde a qualidade e a acessibilidade de serviços de infraestrutura são precárias, sofrem a produtividade e o crescimento das empresas. De acordo com pesquisas de firmas em 89 economias, a eletricidade representou uma das maiores restrições a seus negócios.[14] O conjunto de dados-piloto de *Doing Business* sobre obtenção de eletricidade é o primeiro a comparar os serviços de utilidade pública no mundo inteiro sobre o grau em que respondem com eficiência aos pedidos de conexão dos clientes.

Os indicadores-piloto acompanham o processo pelo qual atravessa um empresa privada local padrão para conseguir uma conexão elétrica. Ao aplicar sua metodologia à provisão de eletricidade, o *Doing Business* visa a ilustrar algumas das implicações reais dos serviços precários de infraestrutura para os empresários. Os indicadores complementam dados existentes que focam a capacidade de geração, preços de consumo e a confiabilidade do suprimento de eletricidade.[15] E permitem pesquisa adicional sobre os efeitos do processo de conseguir uma conexão elétrica sobre os resultados econômicos.

PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

Os padrões principais de trabalho da OMT compõem-se de liberdade de associação e reconhecimento do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, abolição do trabalho infantil e tratamento equitativo nas práticas de emprego. Os indicadores do *Doing Business* sobre emprego de trabalhadores são coerentes com esses padrões principais do trabalho, mas não medem o cumprimento deles. Para complementar esses indicadores, o

Doing Business lançou uma pesquisa sobre a adoção dos padrões principais de trabalho na legislação nacional.

A pesquisa inicial foca a implementação nacional das disposições sobre idade mínima, constantes de duas convenções da OMT sobre trabalho infantil: a Convenção 138 sobre a idade mínima para admissão ao emprego (1973) e a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil (1999).

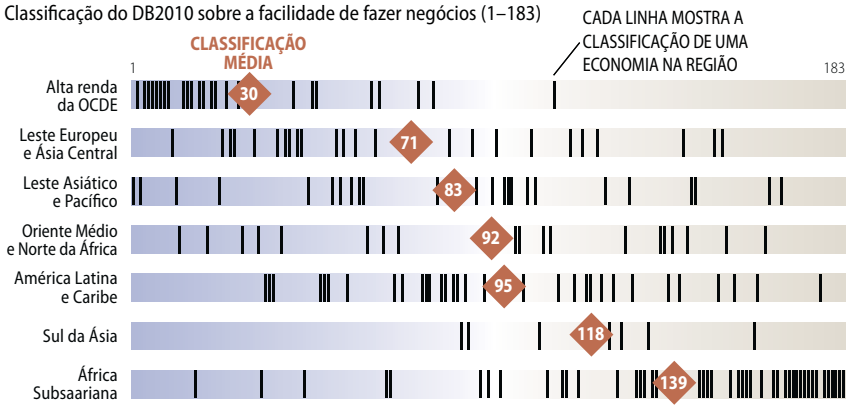
O relatório deste ano apresenta as averiguações iniciais sobre 102 países (ver anexo sobre proteção dos trabalhadores). Para cada país o *Doing Business* examinou se as leis nacionais seguem o teto da idade mínima para acesso geral ao emprego (14 ou 15 anos, dependendo do desenvolvimento da economia do país e instalações educacionais), para trabalho perigoso (18 anos) e para trabalho leve (12 ou 13 anos, dependendo do desenvolvimento da economia do país e das instalações educacionais).

No futuro, a pesquisa será estendida a outras economias e a um maior número de áreas abrangidas pelos padrões principais de trabalho. Sobre essa base o *Doing Business* planeja desenvolver um novo indicador de proteção ao trabalhador, um processo que se beneficiará do assessoramento de um grupo consultivo com ampla representação de grupos interessados. A OMT, que tem liderança em matéria de padrões principais sobre o trabalho, atuará como fonte essencial de orientação nesse processo. insert: Enquanto este processo está a decorrer, o indicador de contratacão de funcionários foi removido da lista de indicadores referência para a Avaliacão Institucional e Política de Países (CPIA em inglês) feito pelo Banco Mundial e os funcionários do banco foram informados que este indicador não deve ser usado como base na assessoria para desenvolvimento de políticas, de programas de desenvolvimento ou de assistencia.

1. O modelo de custo padrão é uma metodologia quantitativa para determinar os encargos administrativos que a regulamentação impõe às empresas. O método pode ser usado para medir o efeito de uma única lei ou de áreas de legislação selecionadas ou para executar uma medição inicial de toda legislação em um país.
2. Incluiu uma revisão do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial (2008).
3. De Soto (2000).
4. Os indicadores relacionados ao comércio entre fronteiras e à negociação com os alvarás de construção levam em conta os aspectos limitados da infra-estrutura de uma economia, incluindo o transporte interno de mercadorias e as ligações a serviços públicos (como eletricidade, água e telefone) para empresas.
5. http://subnational.doingbusiness.org.
6. Schneider (2005).
7. http://www.enterprisesurveys.org.
8. Narayan and others (2000).
9. Banco Mundial (2003).
10. http://scholar.google.com.
11. Por exemplo, Masatlioglu e Rigolini (2008), Kaplan, Piedra e Seira (2008), Ardagna and Lusagi (2009) e Djankov e outros (no prelo).
12. Por exemplo , Alesina e others (2005), Perotti e Volpin (2004), Klapper, Laeven e Rajan (2006), Fisman e Sarria-Allende (2004), Antunes e Cavalcanti (2007), Barseghyan (2008), Djankov e outros (no prelo) e Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009).
13. Por exemplo, Freund e Bolaky (2008), Chang, Kaltani e Loayza (2009) e Helpman, Melitz e Rubinstein (2008).
14. De acordo com os dados da Pesquisa de Empresas do Banco Mundial referents às 89 economias, 15,6% dos administradores consideram a eletricidade como a limitação mais severa, ao passo que uma parcela semelhante (15,7%) considera o acesso ao financiamento como a limitação mais severa (http://www.enterprisesurveys.org).
15. Ver, por exemplo, dados da Agência Internacional de Energia ou as Pesquisas de Empresa do Banco Mundial (http://www.enterprisesurveys.org).

Visão geral

FIGURA 1.1
Quais são as regiões que dispõem de uma das regulamentações mais favoráveis aos negócios?
Classificação do DB2010 sobre a facilidade de fazer negócios (1–183)

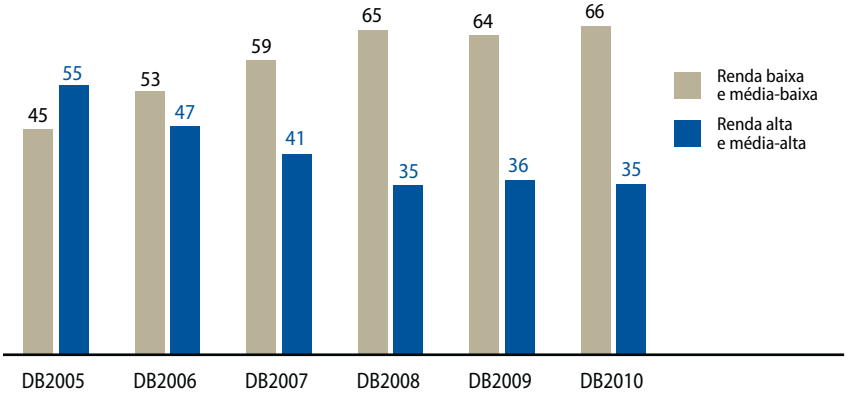


Fonte: Banco de Dados do *Doing Business*.

O ano passado foi um ano difícil para se fazer negócios. As empresas em todo o mundo precisaram lidar com os efeitos de uma crise financeira que começou nas economias de renda elevada, mas que causou uma desaceleração econômica global. O acesso a financiamentos tornou-se mais difícil. A demanda de muitos produtos sofreu uma queda nos mercados nacionais e internacionais e o comércio ficou mais lento em nível global. Os formuladores de políticas e os governos também enfrentaram grandes desafios, desde a estabilização do setor financeiro e a restauração da confiança para combater o crescente desemprego e fornecer as redes de segurança necessárias, já que cerca de 50 milhões de pessoas corriam risco de perder seus empregos como resultado da crise.[1] E tudo isso em face da elevação da dívida pública, já que os pacotes de incentivos fiscais colidiam com a redução das receitas fiscais.

Apesar dos muitos desafios, em 2008/2009, muitos governos implementaram reformas normativas com o objetivo de facilitar a realização de negócios do que em qualquer outro ano desde 2004, quando o *Doing Business* começou a acompanhar as reformas por meio de seus indicadores. O *Doing Business* registrou 287 reformas em 131 economias entre junho de 2008 e maio de 2009, 20% a mais do que no ano anterior. Os reformadores concentraram-se em facilitar a abertura e o funcionamento de uma empresa, fortalecendo os direitos de propriedade e melhorando a eficiência dos tribunais e dos procedimentos de bancarrota.

FIGURA 1.2
Reformas mais prováveis em economias de renda baixa e média-baixa
A distribuição por grupo de renda de reformas torna mais fácil fazer negócios (%)



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

A reforma das regulamentações empresariais por si só não é uma receita para a recuperação das dificuldades financeiras ou econômicas. Muitos outros fatores fazem parte desse contexto. Os indicadores do *Doing Business* não avaliam as regulamentações do mercado ou a força da infraestrutura financeira, fatores importantes para a compreensão de algumas das causas subjacentes da crise financeira global. Esses indicadores também não são responsáveis por outros fatores importantes para os negócios a qualquer momento, como condições macroeconômicas, infraestrutura, aptidões da força de trabalho ou segurança.

Mas o ambiente normativo para os negócios pode influenciar o modo como as empresas lidam com a crise e são capazes de aproveitar as oportunidades quando a recuperação começar. Onde as regulamentações empresariais são transparentes e eficientes, é mais fácil para as empresas se reorientarem e para as novas empresas se estabelecerem. Procedimentos eficientes dos tribunais e de bancarrota podem ajudar os ativos a serem realocados rapidamente. E poderosos direitos de propriedade e proteções aos investidores podem ajudar a estabelecer a base para a confiança, quando os investidores começarem a investir novamente.

Ao reconhecer a importância das empresas, principalmente pequenas

TABLEA 1.1

Os 10 primeiros reformadores de 2008/2009

Economia	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Ruanda	✔		✔	✔	✔	✔		✔		✔
Quirguistão	✔	✔	✔	✔	✔		✔	✔		
Macedônia, República Iugoslava da	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔			
Belarus	✔	✔	✔	✔			✔	✔		
Emirados Árabes Unidos	✔	✔						✔		
Moldávia	✔			✔			✔			
Colômbia	✔	✔		✔	✔	✔	✔	✔		✔
Tadjiquistão	✔	✔			✔	✔				✔
Egito, República Árabe do	✔	✔			✔				✔	
Libéria	✔	✔						✔		

Nota: As economias são classificadas de acordo com o número e impacto de reformas. Primeiro, o Doing Business seleciona as economias que implementaram reformas tornando mais fácil fazer negócios em 3 ou mais dos indicadores do Doing Business. Em seguida, classifica essas economias de acordo com a crescente facilidade de fazer negócios em comparação com o ano anterior. Quanto maior a melhoria, mais alta a classificação como reformador.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

e médias empresas, para a criação de empregos e receitas, alguns governos, incluindo os da China, República da Coréia, Malásia e Federação Russa, têm incluído reformas de regulamentações empresariais em seus planos de recuperação econômica. Mas a maioria das reformas registradas em 2008/2009 foi parte de esforços de longo prazo para aumentar a competitividade e incentivar as empresas e a criação de empregos, melhorando o ambiente normativo para os negócios. E a maioria ocorreu nas economias em desenvolvimento.

ECONOMIAS EM DESENVOLVIMENTO DEFINEM UM RITMO ACELERADO, COM RUANDA NA LIDERANÇA

As economias de baixa renda e de renda média baixa respondiam por dois terços das reformas registradas pelo *Doing Business* em 2008/2009, continuando uma tendência que começou há três anos. Na verdade, três quartos dessas economias cobertas pelo *Doing Business* foram reformados. E pela primeira vez, uma economia da África Subsaariana, Ruanda, liderou o mundo nas reformas do *Doing Business* (Tabela 1.1).

Ruanda tem continuamente reformado suas legislações e instituições comerciais desde 2001. No ano passado, ela criou uma nova legislação empresarial que simplificou a abertura de empresas e fortaleceu as proteções dos acionistas minoritários (figura 1.3). Os empreendedores podem agora iniciar um negócio com apenas 2 procedimentos e em 3 dias. As transações referentes às partes estão sujeitas a requisitos de aprovação e divulgação mais rígidos. Os dispositivos legais que determinam a responsabilidade dos diretores no caso de transações prejudiciais entre as partes interessadas também ficaram mais rigorosos.

Ruanda melhorou as regulamentações para facilitar o acesso ao crédito por meio de 2 novas leis. A nova Lei de Transações Seguras facilita empréstimos seguros, permitindo um número bem maior de ativos a serem usados como garantia. A lei também torna os processos extrajudiciais de garantias móveis disponíveis aos credores com garantia e fornece prioridade absoluta em caso de bancarrota. A nova lei de insolvência de Ruanda agilizou os procedimentos de reorganização.

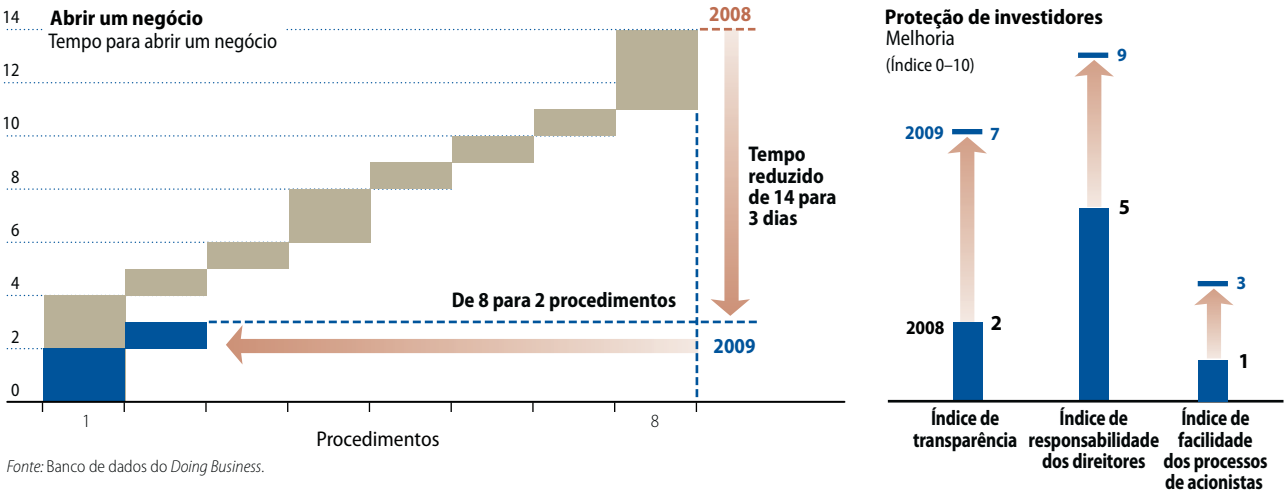
As reformas também incluíam medidas para acelerar o comércio e o registro de propriedade. Atrasos nas fronteiras foram reduzidos graças aos horários de funcionamento mais longos e aos requisitos mais simples de documentação. As reformas removeram os pontos de estrangulamento do registro de propriedade e na autoridade fiscal, reduzindo o tempo necessário para o registro de propriedade em 255 dias.

Cinco outras economias de baixa renda ou de renda média baixa — A República Árabe do Egito, Libéria, Moldávia, República do Quirguistão e Tajiquistão — uniram-se à Ruanda na lista dos principais reformadores globais. Os 10 reformadores são economias que, graças às reformas em 3 ou mais das 10 áreas cobertas pelo *Doing Business*, melhoraram bastante em termos de facilitação de negócios. A classificação sobre a facilidade de se fazer negócios não conta toda a história do ambiente de negócios da economia. E as oportunidades para a reforma permanecem. A Libéria, por exemplo, ainda ocupa a 149ª posição e o Tajiquistão, a 152ª posição. No entanto, uma melhoria da classificação indica que o governo está tomando providências para tornar o ambiente normativo mais propício à operação de um negócio.

Tais reformas são oportunas como sempre. Muitas empresas nas economias em desenvolvimento foram afetadas pela baixa demanda de suas exportações e por uma queda nas remessas e fluxos de capital. Ao mesmo tempo, os negócios nas economias de baixa renda em média ainda enfrentam mais do que o dobro do encargo normativo que suas contrapartes nas economias de renda elevada, quando criam uma empresa, transferem propriedade, declaram impostos ou solucionam uma controvérsia comercial nos tribunais. Apenas 2% dos adultos em média já tiveram

FIGURA 1.3

Uma nova lei corporativa em Ruanda simplifica a abertura de uma empresa e fortalece ao mesmo tempo a proteção aos investidores



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

um histórico de crédito nas economias de baixa renda, quando comparados aos 52% de adultos nas economias de renda elevada. As economias desenvolvidas possuem em média 10 vezes mais empresas recém-registradas por adulto que a África e o Oriente Médio, e uma densidade de negócios 4 vezes a densidade encontrada nos países em desenvolvimento.[2]

Os encargos normativos podem impulsionar as empresas e o emprego para o setor informal. Essas empresas não são registradas, não pagam impostos, possuem acesso limitado ao crédito formal e as instituições e os trabalhadores não se beneficiam das proteções que a lei fornece. A crise global deve aumentar ainda mais a atividade informal. Estima-se que quase dois terços dos trabalhadores mundiais já estejam empregados no setor informal.[3] A maioria encontra-se nas economias de baixa renda e de renda média mais baixa. E uma parcela desproporcional é proveniente dos grupos já vulneráveis, como os jovens e as mulheres.[4]

TABELA 1.2

Os 10 primeiros reformadores de 2008/2009 por conjunto de indicadores

Abrir um negócio	Samoa
Lidar com alvarás de construção	Reino Unido
Empregar trabalhadores	Ruanda
Registro da propriedade	Ilhas Maurício
Obtenção de crédito	Ruanda
Proteção de investidores	Ruanda
Pagar impostos	Timor-Leste
Comércio entre fronteiras	Geórgia
Cumprir contratos	Botsuana
Fechar um negócio	Malauí

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

A maioria das reformas do *Doing Business* nas economias em desenvolvimento ainda foca a eliminação da burocracia e a simplificação das formalidades burocráticas. Nos últimos 6 anos, 80% das reformas nas economias de baixa renda e de renda média baixa foram direcionadas para a redução dos encargos administrativos das empresas, facilitando principalmente a abertura e o comércio das empresas. Isso faz sentido e aborda necessidades importantes. Quando as empresas informais foram entrevistadas em 2008 sobre os obstáculos para se registrar formalmente seus negócios, 67% na Costa do Marfim e 57% em Madagascar citaram as taxas de registro como o principal obstáculo ou como um obstáculo muito grande.[5]

Ao facilitar a abertura e o comércio das empresas, grande parte do esforço pode ser obtido por meio de reformas administrativas custo-eficientes. O serviço centralizado de abertura de um negócio em Burkina Faso custa US$ 200.000. No Azerbaijão, o custo é de US$ 5 milhões. E os custos superam bastante as economias previstas para os negócios, calculados em US$ 1,7 milhão em um ano em Burkina Faso e em US$ 8,4 milhões no Azerbaijão. Sistemas eficientes também facilitam a execução, um desafio particular em muitas economias em desenvolvimento onde os recursos são escassos. Sistemas de inspeção baseados em riscos nas alfândegas ou no setor de construção permitem que as autoridades públicas foquem seus recursos e atenção onde são mais necessitados.

Alguns governos de reforma foram ainda mais longe, introduzindo novas legislações para fortalecer os direitos de propriedade e aumentar as proteções legais para os investidores. Diversas economias pós-conflito, incluindo Afeganistão, Ruanda e Serra Leoa, introduziram novas legislações de empresas e garantias, preparando os fundamentos legais para os mercados futuros. (Tabela 1.2)

Logicamente, muitos desafios permanecem. Os bancos no Afeganistão não aumentarão os empréstimos seguros amanhã apenas por causa da nova legislação sobre o uso de colaterais móveis. Para ser válida, a nova legislação deve ser bem divulgada e adotada pelos setores público e privado. Além disso, a reforma normativa não ocorre em um vácuo. Novas evidências sugerem que a estrutura de governança de uma economia e os recursos naturais influenciem a motivação para a reforma.[6]

Mas mesmo em circunstâncias difíceis, a criação de um ambiente normativo com processos administrativos eficientes e uma forte proteção dos direitos de propriedade pode preparar o cenário para empresas e investidores aproveitarem as oportunidades, à medida que a economia for se desenvolvendo. Uma nova pesquisa sugere que com as condições

TABELA 1.3

Classificações sobre a facilidade de fazer negócios

Classificação DB2010	*CLASSIFICAÇÃO DB2009*	ECONOMIA	REFORMA 2010
1	*1*	Cingapura	3
2	*2*	Nova Zelândia	0
3	*3*	Hong Kong, China	3
4	*4*	Estados Unidos	0
5	*6*	Reino Unido	2
6	*5*	Dinamarca	0
7	*7*	Irlanda	1
8	*8*	Canadá	0
9	*9*	Austrália	0
10	*10*	Noruega	1
11	*16*	Geórgia	2
12	*12*	Tailândia	1
13	*15*	Arábia Saudita	2
14	*11*	Islândia	1
15	*13*	Japão	0
16	*14*	Finlândia	1
17	*24*	Ilhas Maurício	6
18	*17*	Suécia	0
19	*23*	Coréia, República da	2
20	*18*	Bahrain	1
21	*19*	Suíça	0
22	*20*	Bélgica	2
23	*21*	Malásia	2
24	*22*	Estônia	2
25	*27*	Alemanha	2
26	*25*	Lituânia	1
27	*30*	Letônia	2
28	*26*	Áustria	0
29	*29*	Israel	1
30	*28*	Holanda	1
31	*31*	França	2
32	*69*	Macedônia, República Iugoslava da	7
33	*47*	Emirados Árabes Unidos	3
34	*32*	África do Sul	1
35	*33*	Porto Rico	0
36	*34*	Santa Lúcia	1
37	*49*	Colômbia	8
38	*38*	Azerbaijão	2
39	*37*	Qatar	0
40	*36*	Cyprus	0
41	*80*	Quirguistão	7
42	*35*	Slovak Republic	1
43	*50*	Armênia	3
44	*42*	Bulgária	2
45	*39*	Botsuana	2
46	*61*	Taiwan, China	2
47	*41*	Hungria	1
48	*48*	Portugal	4
49	*40*	Chile	0
50	*44*	Antígua e Barbuda	0
51	*55*	México	2
52	*46*	Tonga	1
53	*58*	Eslovênia	2
54	*43*	Fiji	1
55	*45*	Romênia	1
56	*65*	Peru	6
57	*68*	Samoa	2
58	*82*	Belarus	6
59	*57*	Vanuatu	1
60	*56*	Mongólia	0
61	*52*	Kuwait	2
62	*51*	Espagne	1
63	*64*	Cazaquistão	3
64	*53*	Luxemburgo	1
65	*60*	Omã	2
66	*54*	Namíbia	0
67	*143*	Ruanda	7
68	*59*	Bahamas	0
69	*73*	Tunísia	2
70	*62*	São Vicente e Granadinas	2
71	*77*	Montenegro	4
72	*72*	Polônia	4
73	*63*	Turquia	1
74	*66*	República Tcheca	3
75	*67*	Jamaica	1
76	*70*	Kitts e Nevis	1
77	*83*	Panamá	2
78	*74*	Itália	0
79	*79*	Kiribati	0
80	*75*	Belize	0
81	*78*	Trinidad e Tobago	0
82	*89*	Albânia	3
83	*76*	Dominica	0
84	*81*	El Salvador	0
85	*85*	Paquistão	1
86	*102*	República Dominicana	1
87	*71*	Maldivas	0
88	*90*	Sérvia	2
89	*86*	China	1
90	*99*	Zâmbia	1
91	*88*	Granada	2
92	*87*	Gana	1
93	*91*	Vietnã	2
94	*108*	Moldávia	3
95	*84*	Quênia	1
96	*94*	Brunei Darussalam	1
97	*92*	Palau	0
98	*93*	Ilhas Marshall	0
99	*103*	Iêmen, República do	3
100	*104*	Jordânia	6
101	*98*	Guiana	2
102	*95*	Papua Nova Guiné	1
103	*110*	Croácia	1
104	*96*	Ilhas Salomão	0
105	*97*	Sri Lanka	1
106	*116*	Egito, República Árabe do	4
107	*111*	Etiópia	3
108	*101*	Líbano	2
109	*100*	Grécia	1
110	*117*	Guatemala	4
111	*105*	Seicheles	0
112	*106*	Uganda	1
113	*107*	Kosovo	1
114	*109*	Uruguai	1
115	*114*	Suazilândia	0
116	*119*	Bósnia-Herzegovina	1
117	*113*	Nicarágua	0
118	*112*	Argentina	1
119	*115*	Bangladesh	3
120	*118*	Federação Russa	3
121	*121*	Costa Rica	1
122	*129*	Indonésia	3
123	*123*	Nepal	1
124	*122*	Paraguai	1
125	*120*	Nigéria	1
126	*124*	Butão	0
127	*125*	Micronésia, Est. Fed	0
128	*130*	Marrocos	1
129	*127*	Brasil	1
130	*128*	Lesoto	0
131	*126*	Tanzânia	0
132	*131*	Malauí	2
133	*132*	Índia	1
134	*144*	Madagascar	1
135	*140*	Moçambique	2
136	*134*	Argélia	4
137	*142*	Irã, República Islâmica do	4
138	*133*	Equador	0
139	*137*	Cisjordânia e Gaza	2
140	*135*	Gâmbia	0
141	*136*	Honduras	3
142	*146*	Ucrânia	1
143	*138*	Síria, República Árabe da	1
144	*141*	Filipinas	3
145	*139*	Camboja	0
146	*147*	Cabo Verde	2
147	*155*	Burkina Faso	5
148	*156*	Serra Leoa	5
149	*159*	Libéria	3
150	*145*	Uzbequistão	2
151	*154*	Haiti	2
152	*164*	Tadjiquistão	5
153	*150*	Iraque	0
154	*149*	Sudão	2
155	*148*	Suriname	0
156	*162*	Mali	5
157	*152*	Senegal	1
158	*151*	Gabão	0
159	*160*	Zimbábue	1
160	*168*	Afeganistão	3
161	*158*	Bolívia	0
162	*153*	Comores	0
163	*157*	Djibuti	1
164	*173*	Timor-Leste	1
165	*166*	Togo	2
166	*161*	Mauritânia	0
167	*165*	República Democrática Popular de Laos	1
168	*163*	Côte d'Ivoire	0
169	*170*	Angola	3
170	*169*	Guiné Equatorial	0
171	*167*	Camarões	3
172	*172*	Benin	2
173	*171*	Guiné	0
174	*174*	Níger	1
175	*175*	Eritréia	0
176	*177*	Burundi	0
177	*178*	Venezuela, RB	0
178	*176*	Chade	0
179	*179*	República do Congo	0
180	*180*	São Tomé e Principe	0
181	*181*	Guiné-Bissau	1
182	*182*	Rep. Dem. do Congo	1
183	*183*	República Centro-Africana	1

Nota: As classificações para todas as economias são referenciadas a junho de 2009 e indicadas nas tabelas dos países. As classificações sobre a facilidade de fazer negócios constituem a média das classificações da economia nos 10 tópicos abrangidos pelo *Doing Business 2010*. As classificações do ano passado são apresentadas em itálico. Elas são ajustadas para mudanças na metodologia, correções de dados e inclusão de 2 novas economias.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

certas, principalmente nas economias de baixa renda, medidas simples podem fazer a diferença. Uma análise de 6 anos das reformas do *Doing Business* conclui que em economias relativamente pobres, mas bem governadas, uma redução de 10 dias no tempo de abertura das empresas foi associada a um aumento de 0,4 ponto percentual na taxa de crescimento e de 0,27 ponto percentual na taxa de investimentos.[7]

INSPIRADOS PELOS VIZINHOS, OS REFORMADORES ESCOLHEM O RITMO

Em 2008/2009, as reformas do *Doing Business* foram selecionadas em todo o mundo, com pelo menos 60% das economias em reforma em cada região (Tabela 1.3). Os reformadores eram particularmente ativos em 2 regiões: Europa Oriental e Ásia Central, e Oriente Médio e Norte da África. Nas duas regiões, a concorrência entre os vizinhos foi importante na motivação das reformas.

As economias na Europa Oriental e Ásia Central, a região mais afetada pela crise, foram os reformadores mais ativos pelo sexto ano consecutivo. Vinte e seis das 27 economias da região reformaram as regulamentações empresariais em pelo menos uma área atendida pelo *Doing Business*. Em 2004/2005 e 2005/2006, a adesão das 10 economias da União Europeia respondeu por 84 reformas, 60% do total na região. Outras economias também realizaram reformas, com alguns bons resultados. Desde 2004, serviços privados de crédito foram abertos em 16 das economias da região. Hoje 94% dos adultos na Sérvia, 77% na Croácia e 30% no Cazaquistão e Romênia possuem um histórico de crédito. Há cinco anos, nenhum deles tinha esse histórico. As pesquisas sobre empresas mostram que em 2008 estimava-se que menos de 6% das empresas fizessem pagamentos informais para prestação de serviços realizados na Estônia, Eslovênia e República da Eslováquia, um grande brado em relação aos 18%, 14% e 33% em 2005.[8] Nos últimos três anos, reformas seguiram na direção do leste da União Europeia. Albânia, Bielo-Rússia, a República do Quirguistão e a antiga República Iugoslava da Macedônia implementaram reformas em diversas áreas pelo terceiro ano consecutivo. Inspirados pelos vizinhos, Cazaquistão, Montenegro e Tajiquistão aumentaram os esforços de reformas no ano passado.

Os governos do Oriente Médio e do Norte da África estão agora reformando a uma taxa semelhante à utilizada na Europa Oriental e na Ásia Central (figura 1.4). Dezessete das 19 economias foram reformadas em 2008/2009. O Egito, a Jordânia e os Emirados Árabes Unidos figuram entre os reformadores mais ativos. Nos últimos anos as economias da região vêm adotando cada vez mais práticas de reforma uns dos outros. Desde 2005 oito das economias da região reduziram ou eliminaram seus requisitos mínimos de capital. Cinco dessas oito tinham os requisitos mais altos do mundo — US$ 120.000 na Arábia Saudita até 2007. O Egito, Jordânia, Marrocos, Arábia Saudita, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e República do Iêmen adotaram todos serviços centralizados para iniciar um negócio. As reformas de 2008/2009 também se intensificaram em outras áreas, simplificando processos para conseguir alvarás de construção, para importar e exportar através das fronteiras e fazer cumprir contratos por meio de tribunais.

As reformas na América Latina e no Caribe também se intensificaram e 19 das 32 economias passaram por reformas. A Colômbia, Guatemala e Peru introduziram reformas em pelo menos quatro áreas. E três Estados insulares do Caribe fizeram reformas pela primeira vez: Grenada, St. Kitts e Nevis e Santa Lúcia.

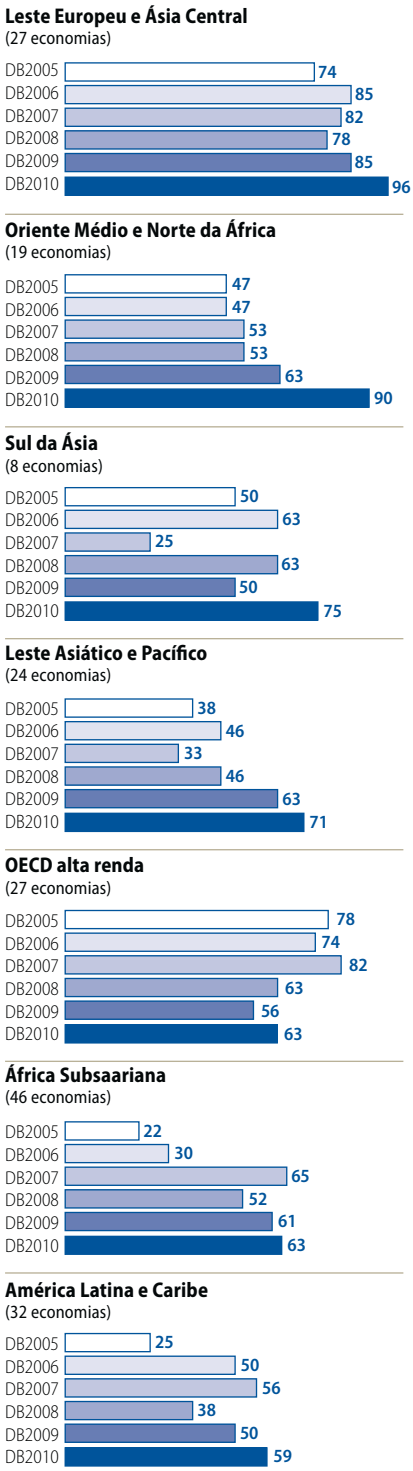
Na África Subsaariana 29 das 46 economias introduziram reformas em 2008/2009, implementando um total de 67. Tal como em anos anteriores, quase a metade das reformas na região concentrou-se em tornar mais fácil iniciar um negócio ou importar e exportar. No Sul da Ásia seis das oito economias foram reformadas. No Leste Asiático e no Pacífico 17 das 24 fizeram o mesmo.

FIGURA 1.4

Europa Central e Ásia Central e Oriente Médio e Norte da África — reformadores mais ativos em 2008/2009

Parcela de economias com pelo menos uma reforma tornando mais fácil fazer negócios (%)

por ano do relatório do *Doing Business*

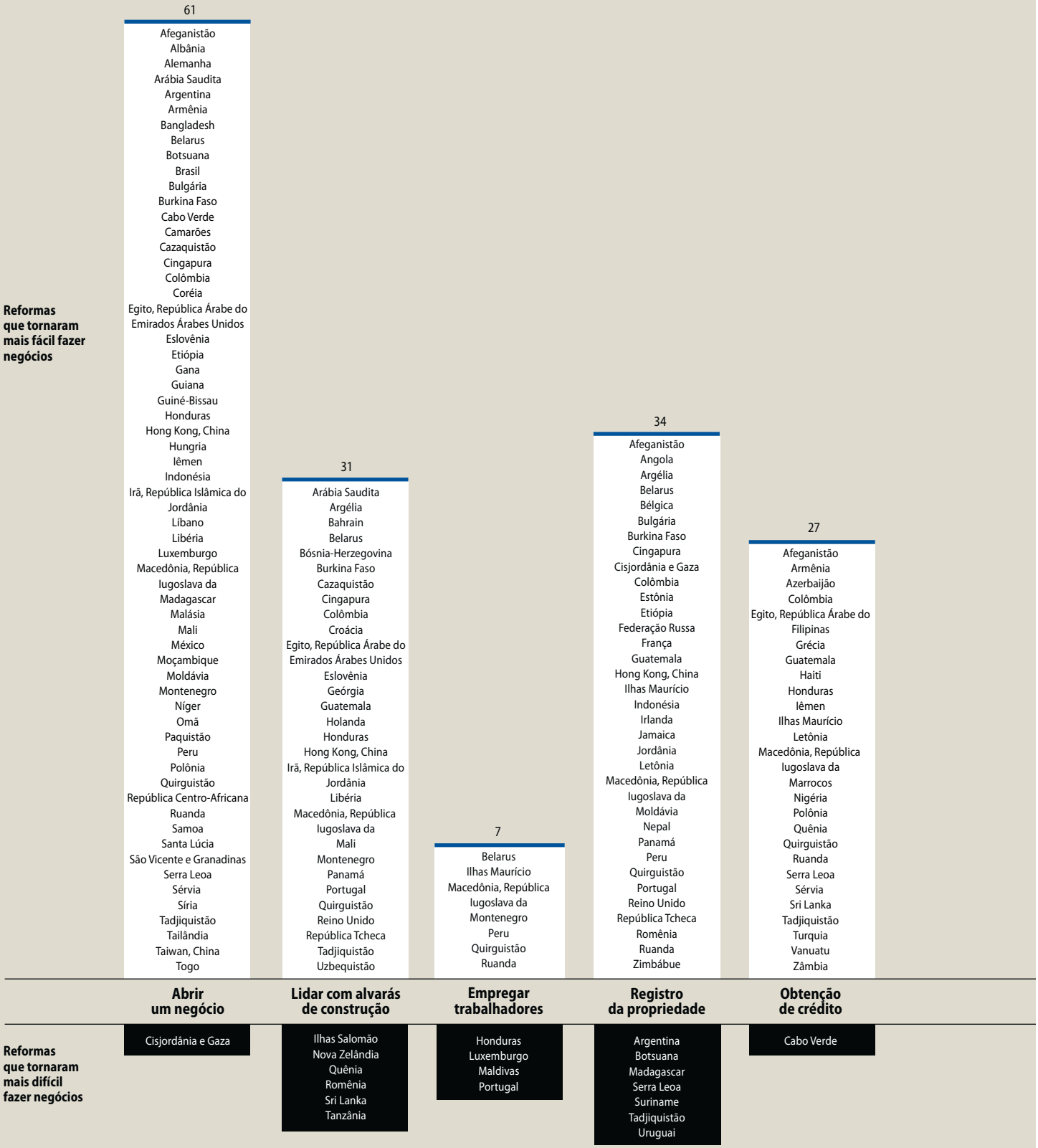


Nota: A República Tcheca, a Hungria e a Eslováquia foram reclassificadas da Europa Central e do Sul da Ásia para os países de alta renda da OCDE em 2008.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

FIGURA 1.5

287 reformas em 2008/2009 tornaram mais fácil fazer negócios — 27 tornaram-no mais difícil



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

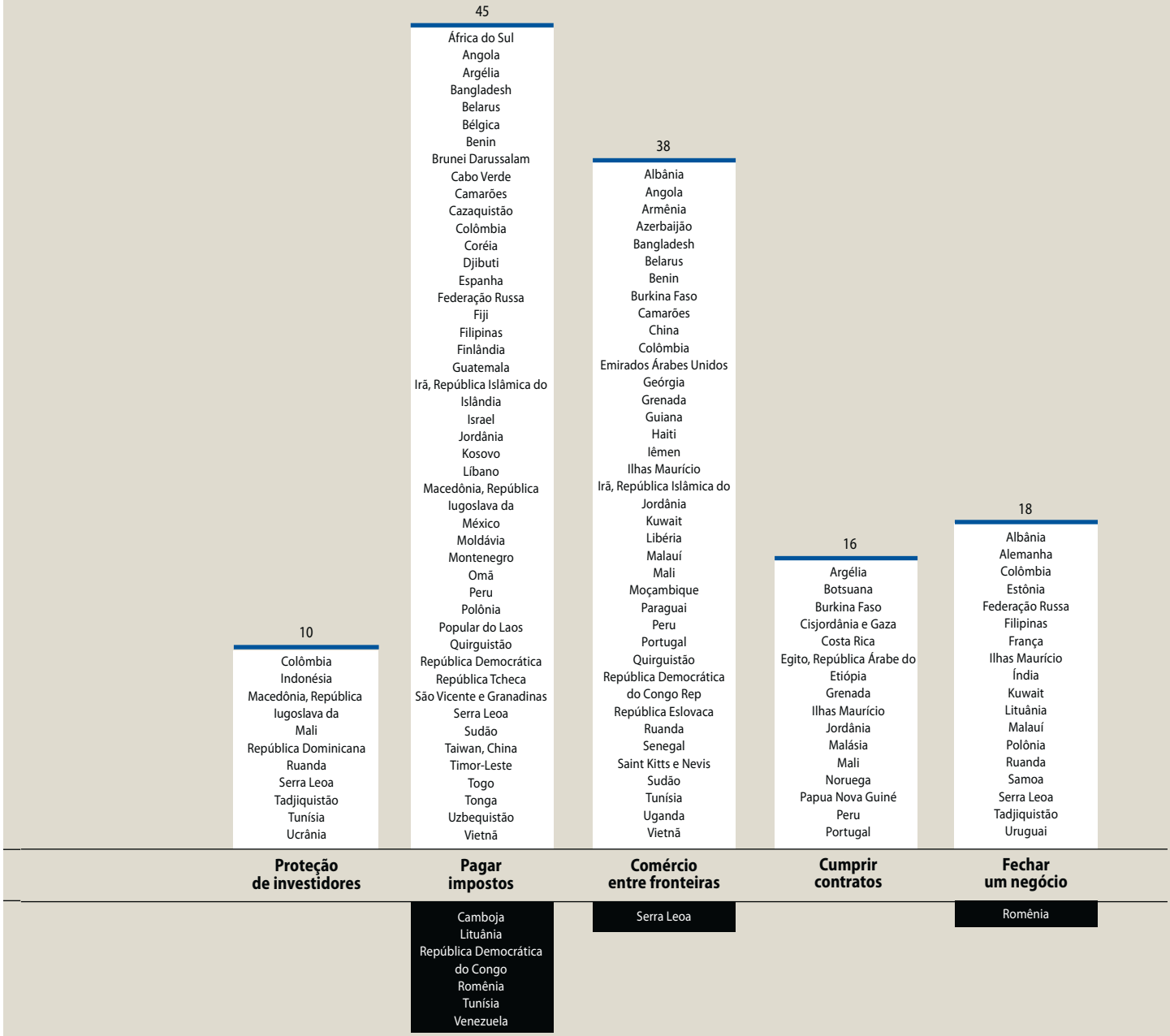
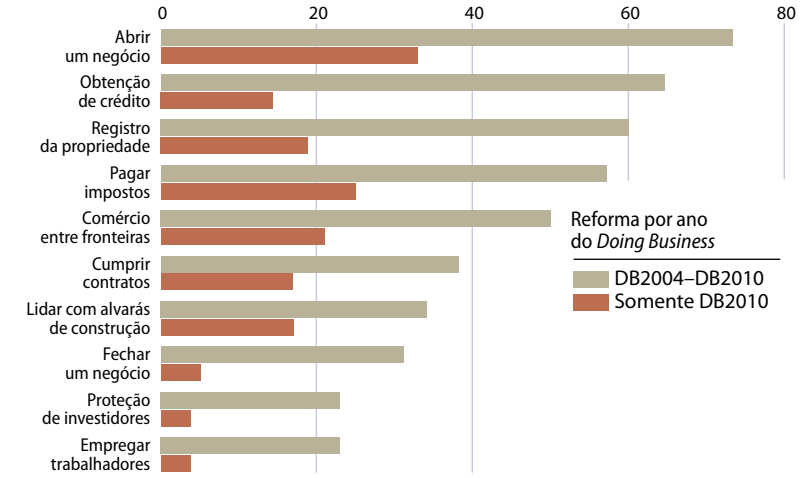

10
Colômbia
Indonésia
Macedônia, República Iugoslava da
Mali
República Dominicana
Ruanda
Serra Leoa
Tadjiquistão
Tunísia
Ucrânia
45
África do Sul
Angola
Argélia
Bangladesh
Belarus
Bélgica
Benin
Brunei Darussalam
Cabo Verde
Camarões
Cazaquistão
Colômbia
Coréia
Djibuti
Espanha
Federação Russa
Fiji
Filipinas
Finlândia
Guatemala
Irã, República Islâmica do
Islândia
Israel
Jordânia
Kosovo
Líbano
Macedônia, República Iugoslava da
México
Moldávia
Montenegro
Omã
Peru
Polônia
Popular do Laos
Quirguistão
República Democrática
República Tcheca
São Vicente e Granadinas
Serra Leoa
Sudão
Taiwan, China
Timor-Leste
Togo
Tonga
Uzbequistão
Vietnã
38
Albânia
Angola
Armênia
Azerbaijão
Bangladesh
Belarus
Benin
Burkina Faso
Camarões
China
Colômbia
Emirados Árabes Unidos
Geórgia
Grenada
Guiana
Haiti
Iêmen
Ilhas Maurício
Irã, República Islâmica do
Jordânia
Kuwait
Libéria
Malauí
Mali
Moçambique
Paraguai
Peru
Portugal
Quirguistão
República Democrática do Congo Rep
República Eslovaca
Ruanda
Senegal
Saint Kitts e Nevis
Sudão
Tunísia
Uganda
Vietnã
16
Argélia
Botsuana
Burkina Faso
Cisjordânia e Gaza
Costa Rica
Egito, República Árabe do
Etiópia
Grenada
Ilhas Maurício
Jordânia
Malásia
Mali
Noruega
Papua Nova Guiné
Peru
Portugal
18
Albânia
Alemanha
Colômbia
Estônia
Federação Russa
Filipinas
França
Ilhas Maurício
Índia
Kuwait
Lituânia
Malauí
Polônia
Ruanda
Samoa
Serra Leoa
Tadjiquistão
Uruguai
Proteção de investidores
Pagar impostos
Camboja
Lituânia
República Democrática do Congo
Romênia
Tunísia
Venezuela
Comércio entre fronteiras
Serra Leoa
Cumprir contratos
Fechar um negócio
Romênia

FIGURA 1.6
Três quartos das economias tornaram mais fácil fazer negócios
Parcela das economias que estão implementando reformas em cada tema do *Doing Business* (%)



Nota: Nem todos os indicadores são cobertos no período integral. O registro da propriedade foi introduzido no *Doing Business 2005* e o pagamento de impostos, comercialização através das fronteiras, obtenção de alvarás de construção e proteção aos investidores no *Doing Business 2006*.
Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

Entre as economias de alta renda da OCDE, 17 introduziram reformas, focando principalmente a redução do ônus tributário corporativo e melhorando os sistemas de registro da propriedade.

A Alemanha criou uma nova forma de empresa de responsabilidade limitada, eliminando os requisitos centenários de abertura de negócios anos. A Alemanha está familiarizada com a concorrência normativa. Nos últimos anos, tirando proveito do mercado comum da União Européia, empresas alemãs de responsabilidade limitada registraram-se em número crescente no Reino Unido, onde o registro era mais fácil e menos custoso, em vez de fazê-lo na Alemanha. A nova lei poderá reverter essa tendência.

ÉPOCA DE CRISE — OPORTUNIDADE PARA REFORMAR

Uma reforma normativa pode ser difícil e levar tempo, especialmente se houver mudanças jurídicas. Algumas reformas também requerem compensações políticas difíceis. Não é de surpreender que a maioria das reformas registradas pelo *Doing Business* em 2008/2009 estava direcionada para reduzir os encargos administrativos. Pelo menos 30 economias melhoraram os processos de obtenção de alvará de construção, registro da propriedade ou comércio através das fronteiras, ao passo que 61 facilitaram a abertura de empresas. Em contraste, somente oito economias introduziram mudanças nas leis sobre transações com garantia ou seguras e somente 11 emendaram regulamentações trabalhistas, sete tornando-as mais flexíveis, quatro optando por mais rigidez (Figura 1.5). Muitas vezes são necessárias pressões externas para impulsionar mudanças legislativas substanciais. Neste sentido, a atual crise pode representar uma oportunidade.

Historicamente, muitas reformas foram provocadas pela recessão ou crise financeira. A crise do Leste Asiático levou muitas economias a reformular seus sistemas de bancarrota. Algumas, tais como Cingapura e Tailândia, reformaram leis para reforçar as proteções ao investidor. As reformas de bancarrota pós-crises também foram introduzidas na Turquia em 2003/2004 e na Colômbia em 1999. Nos Estados Unidos a Grande Depressão propiciou a primeira reforma abrangente de bancarrota do país em 50 anos. No ano passado 18 economias reformaram seus regimes de bancarrota, conforme medidos pelo *Doing Business*. Esse número poderá aumentar no futuro à medida que as economias enfrentarem a necessidade de lidar com a desaceleração sistêmica. Em época de recessão, torna-se especialmente importante manter em funcionamento as empresas viáveis como preocupação constante e para preservação de empregos. E quanto mais rápido forem liberados os ativos de firmas não-viáveis, tanto mais fácil será remobilizar esses ativos.

A França e a Alemanha estão entre os primeiros a reformar sistemas de bancarrota em resposta à crise atual. Na Europa Ocidental e na Ásia Central várias economias começaram recentemente a fazer o mesmo. A nova lei de insolvência da Letônia entrou em vigor em janeiro de 2008 e a da Lituânia em julho do mesmo ano. E em dezembro de 2008 a Estônia adotou uma nova lei de reorganização que estabelece um procedimento jurídico para possibilitar às empresas em dificuldades financeiras à beira da insolvência se reorganizarem, restruturarem sua dívida e tomarem outras medidas para restabelecer sua saúde financeira e lucratividade. Tais esforços são oportunos. A taxa média de recuperação da região após a bancarrota é de 32%, muito mais baixa do que os 69% das economias de alta renda da OCDE.

O QUE FAZEM OS REFORMADORES CONSTANTES

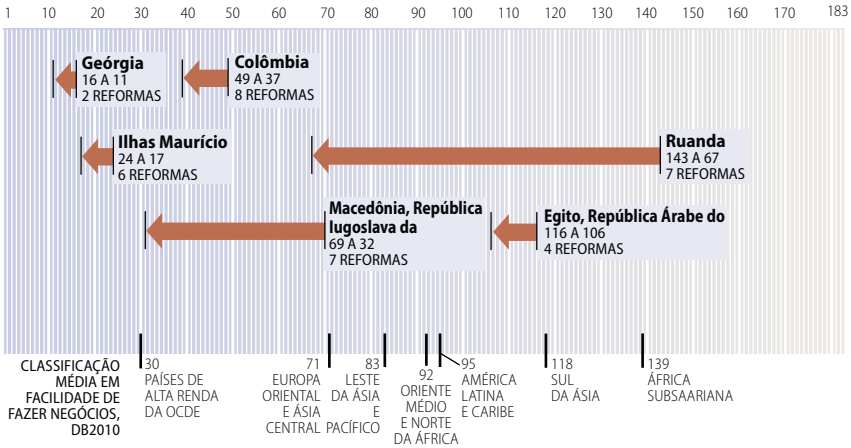
À medida que o *Doing Business* acompanhou as reformas normativas nos últimos seis anos, começaram a surgir novos padrões. Uma reforma normativa tende a intensificar-se ao aumentar a pressão. Uma razão disso pode ser o aumento da concorrência à medida que as economias entram para um mercado comum ou acordo de comércio, tais como a União Europeia ou o Acordo EUA-América Central de Livre Comércio. Uma crise financeira e desaceleração econômica são outra forte motivação para reformar. Também o é a necessidade de reconstruir uma economia após um conflito, como sucedeu na Libéria, Ruanda e Serra Leoa.

Seja qual for a motivação, os governos que tiveram êxito em manter programas de reforma, conforme medidos pelo *Doing Business*, tendem a apresentar características comuns. Para começar,

FIGURA 1.7

Os reformadores constantes continuaram as iniciativas de reforma em 2008/2009

Melhoria na classificação de facilitação para fazer negócios, DB2009–DB2010



Fonte: Banco de dados do *Doing Business*.

seguem uma agenda de longo prazo destinada a aumentar a competitividade de suas firmas e de sua economia. A Colômbia, Egito, Malásia e Ruanda são exemplos de economias que incorporaram reformas normativas das empresas em uma agenda mais ampla de competitividade.

Os reformadores bem-sucedidos avançam continuamente e mantêm-se proativos. Cingapura e Hong Kong (China) classificam-se entre as principais economias no tocante à facilidade de fazer negócios e estão também entre os reformadores mais constantes. Neste ano Cingapura uma vez mais ocupou a primeira classificação em matéria de facilidade de fazer negócios – no quarto ano consecutivo. E no ano passado continuou as reformas, implementando serviços on-line e automatizados para facilitar a abertura de empresas, obter alvarás de construção e transferir propriedade.

No entanto, embora reformadores bem-sucedidos sigam uma direção clara em sua agenda de política, não hesitam em responder às novas realidades econômicas. As Ilhas Maurício, a economia de mais alta classificação na África Subsaariana, anunciou recentemente uma nova lei de insolvência "para manter a viabilidade do sistema comercial no país."[9]

Os reformadores bem-sucedidos do *Doing Business* são abrangentes. Nos últimos cinco anos, a Colômbia, Egito, Geórgia, República Iugoslava da Macedônia, Ilhas Maurício e Ruanda implementaram cada qual pelo menos 19 reformas, abrangendo oito ou mais das 10 áreas medidas pelo *Doing Business* (Figura 1.7). Esse enfoque amplo aumenta as possibilidades de sucesso e impacto. Pesquisas recentes sugerem que reformas em diversas áreas tendem a ser complementares. Um estudo concluiu que, após reformas para reduzir as barreiras para entrar na Índia, os Estados com regulamentações de emprego mais flexíveis presenciaram uma diminuição 25% maior em empresas informais.[10] Outros estudos mostram que, quando as economias abrem seus mercados de produtos à concorrência internacional, os benefícios serão maiores se o custo de abertura de empresas for menor. Barreiras tarifárias mais baixas para entrada permitem às firmas buscarem mais facilmente indústrias que mais se beneficiam da abertura comercial.[11]

Os reformadores constantes são inclusivos. Incluem todos os órgãos públicos pertinentes e representantes do setor privado e institucionalizam a reforma no nível mais alto. A Colômbia e Ruanda formaram comissões de reforma normativa que se reportavam diretamente ao Presidente ou ao Primeiro-Ministro. Mais de 20 outras economias, incluindo Burkina Faso, Índia, Libéria, República Iugoslava da Macedônia, República Árabe da Síria e Vietnã, formaram comissões no nível ministerial. Reformas no Egito envolveram 32 órgãos públicos apoiados pelo Parlamento.

Os reformadores bem-sucedidos mantêm-se focados graças a uma visão de longo prazo apoiada por metas específicas. A Malásia visa a ser uma economia plenamente desenvolvida até 2020. Álvaro Uribe, Presidente da Colômbia, planeja uma nova Colômbia na qual, em vez de 60% da população vivendo em pobreza, a maior parte seja contada como classe média. Ruanda visa a tornar-se uma tecnologia e um eixo de comércio na região. A República do Quirguistão deseja tornar-se o centro de excelência normativa regional na Ásia Central e o Azerbaidjão o portal para a região.

Estabelecer metas de longo prazo e manter um curso contínuo de reforma poderá ajudar as economias a se recuperarem de choques, inclusive da atual crise financeira e econômica global. Nas palavras de Mahmoud Mohieldin, Ministro do Investimento do Egito,

Não se trata apenas de uma crise da economia. É uma crise do pensamento econômico. É uma crise que está confundindo muitos reformadores. . . [mas] seja qual for a crise a enfrentar, é preciso tornar a vida mais fácil para aqueles que se empenham e trabalham arduamente em criar oportunidades para empregos e isso é o mínimo que podemos fazer.

1. Baseado em estimativas da Organização Internacional do Trabalho. O *Doing Business* deste ano melhorou a metodologia dos indicadores de emprego de trabalhadores a fim de assegurar que a existência de redes de segurança seja levada em conta nas atuais medições da flexibilidade. Para obter mais detalhes, ver *About Doing Business e Data notes*.
2. *Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009).* A densidade dos negócios é definida como o número de empresas como percentagem da população em idade de trabalhar (de 18 a 65 anos)
3. OECD Development Centre (2009).
4. Ardagna e Lusagi (2009).
5. World Bank Enterprise Surveys (http://www.enterprisesurveys.org).
6. Amin e Djankov (2009a, 2009b).

TABELA 15.2

Economia	Reformas em 2008/09									
	Abrir um negócio	Lidar com alvarás de construção	Empregar trabalhadores	Registro da propriedade	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagar impostos	Comércio entre fronteiras	Cumprir contratos	Fechar um negócio
Afeganistão	✔			✔	✔					
África do Sul							✔			
Albânia	✔							✔		✔
Alemanha	✔									✔
Angola				✔			✔	✔		
Antígua e Barbuda										
Arábia Saudita	✔	✔								
Argélia		✔		✔			✔		✔	
Argentina	✔			✗						
Armênia	✔				✔			✔		
Austrália										
Áustria										
Azerbaijão					✔			✔		
Bahamas										
Bahrain		✔								
Bangladesh	✔						✔	✔		
Belarus	✔	✔	✔	✔			✔	✔		
Bélgica				✔			✔			
Belize										
Benin							✔	✔		
Bolívia										
Bósnia-Herzegovina		✔								
Botsuana	✔			✗					✔	
Brasil	✔									
Brunei Darussalam							✔			
Bulgária	✔			✔						
Burkina Faso	✔	✔		✔				✔	✔	
Burundi										
Butão										
Cabo Verde	✔				✗		✔			
Camarões	✔						✔	✔		
Camboja							✗			
Canadá										
Cazaquistão	✔	✔					✔			
Chade										
Chile										
China								✔		
Cingapura	✔	✔		✔						
Cisjordânia e Gaza	✗			✔					✔	
Colômbia	✔	✔		✔	✔	✔	✔	✔		✔
Comores										
Coréia, República da	✔						✔			
Costa Rica									✔	
Côte d'Ivoire										
Croácia		✔								
Cyprus										
Dinamarca										
Djibuti							✔			
Dominica										
Egito, República Árabe do	✔	✔			✔				✔	

✔ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios ✗ Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

	Reformas em 2008/09									
Economia	**Abrir um negócio**	**Lidar com alvarás de construção**	**Empregar trabalhadores**	**Registro da propriedade**	**Obtenção de crédito**	**Proteção de investidores**	**Pagar impostos**	**Comércio entre fronteiras**	**Cumprir contratos**	**Fechar um negócio**
El Salvador										
Emirados Árabes Unidos	✔	✔						✔		
Equador										
Eritréia										
Eslovênia	✔	✔								
Espanha							✔			
Estados Unidos										
Estônia				✔						✔
Etiópia	✔			✔					✔	
Federação Russa				✔			✔			✔
Fiji							✔			
Filipinas					✔		✔			✔
Finlândia							✔			
França				✔						✔
Gabão										
Gâmbia										
Gana	✔									
Geórgia		✔						✔		
Granada								✔	✔	
Grécia					✔					
Guatemala		✔		✔	✔		✔			
Guiana	✔							✔		
Guiné										
Guiné Equatorial										
Guiné-Bissau	✔									
Haiti					✔			✔		
Holanda		✔								
Honduras	✔	✔	✗		✔					
Hong Kong, China	✔	✔		✔						
Hungria	✔									
Iêmen, República do	✔				✔			✔		
Ilhas Marshall										
Ilhas Maurício			✔	✔	✔			✔	✔	✔
Ilhas Salomão		✗								
Índia										✔
Indonésia	✔			✔		✔				
Irã, República Islâmica do	✔	✔					✔	✔		
Iraque										
Irlanda				✔						
Islândia							✔			
Israel							✔			
Itália										
Jamaica				✔						
Japão										
Jordânia	✔	✔		✔			✔	✔	✔	
Kiribati										
Kitts e Nevis								✔		
Kosovo							✔			
Kuwait								✔		✔
Lesoto										

✔ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios ✗ Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

	Reformas em 2008/09									
Economia	**Abrir um negócio**	**Lidar com alvarás de construção**	**Empregar trabalhadores**	**Registro da propriedade**	**Obtenção de crédito**	**Proteção de investidores**	**Pagar impostos**	**Comércio entre fronteiras**	**Cumprir contratos**	**Fechar um negócio**
Letônia				✔	✔					
Líbano	✔						✔			
Libéria	✔	✔						✔		
Lituânia							✗			✔
Luxemburgo	✔		✗							
Macedônia, República lugoslava da	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔			
Madagascar	✔			✗						
Malásia	✔								✔	
Malauí								✔		✔
Maldivas			✗							
Mali	✔	✔				✔		✔	✔	
Marrocos					✔					
Mauritânia										
México	✔						✔			
Micronésia, Estados Federados										
Moçambique	✔							✔		
Moldávia	✔			✔			✔			
Mongólia										
Montenegro	✔	✔	✔				✔			
Namíbia										
Nepal				✔						
Nicarágua										
Níger	✔									
Nigéria					✔					
Noruega									✔	
Nova Zelândia		✗								
Omã	✔						✔			
Palau										
Panamá		✔		✔						
Papua Nova Guiné									✔	
Paquistão	✔									
Paraguai								✔		
Peru	✔		✔	✔			✔	✔	✔	
Polônia	✔				✔		✔			✔
Porto Rico										
Portugal		✔	✗	✔				✔	✔	
Qatar										
Quênia		✗			✔					
Quirguistão	✔	✔	✔	✔	✔		✔	✔		
Reino Unido		✔		✔						
República Centro-Africana	✔									
República Democrática do Congo Nota:							✗	✔		
República Democrática Popular de Laos							✔			
República do Congo										
República Dominicana						✔				
República Tcheca		✔		✔			✔			
Romênia		✗		✔			✗			✗

✔ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios ✗ Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

	Reformas em 2008/09									
Economia	**Abrir um negócio**	**Lidar com alvarás de construção**	**Empregar trabalhadores**	**Registro da propriedade**	**Obtenção de crédito**	**Proteção de investidores**	**Pagar impostos**	**Comércio entre fronteiras**	**Cumprir contratos**	**Fechar um negócio**
Ruanda	✔		✔	✔	✔	✔		✔		✔
Samoa	✔									✔
Santa Lúcia	✔									
São Tomé e Principe										
São Vicente e Granadinas	✔						✔			
Seicheles										
Senegal								✔		
Serra Leoa	✔			✗	✔	✔	✔	✗		✔
Sérvia	✔				✔					
Síria, República Árabe da	✔									
Slovak Republic								✔		
Sri Lanka		✗			✔					
Suazilândia										
Sudão							✔	✔		
Suécia										
Suíça										
Suriname				✗						
Tadjiquistão	✔	✔		✗	✔	✔				✔
Tailândia	✔									
Taiwan, China	✔						✔			
Tanzânia		✗								
Timor-Leste							✔			
Togo	✔						✔			
Tonga							✔			
Trinidad e Tobago										
Tunísia						✔	✗	✔		
Turquia					✔					
Ucrânia						✔				
Uganda								✔		
Uruguai				✗						✔
Uzbequistão		✔					✔			
Vanuatu					✔					
Venezuela, RB							✗			
Vietnã							✔	✔		
Zâmbia					✔					
Zimbábue				✔						

✔ Reformas que tornaram mais fácil fazer negócios ✗ Reformas que tornaram mais difícil fazer negócios

7. Eifert (2008).
8. World Bank Enterprise Surveys (http://www.enterprisesurveys.org).
9. Ilhas Maurício, Divisão de Assuntos Corporativos, http://www.gov.mu.
10. Sharma (2009).
11. Chang, Kaltani e Loayza (2009), Helpman, Melitz e Rubinstein (2008) e Freund e Boaky (2008)

Agradecimentos

Detalhes sobre contatos para parceiros locais estão disponíveis no website do Doing Business http://www.doingbusiness.org

O *Doing Business* foi preparado por uma equipe dirigida por Sylvia Solf, Penelope Brook (até maio de 2009) e Neil Gregory (a partir de junho de 2009) sob a direção geral de Michael Klein (até maio de 2009) e Penelope Brook (a partir de junho de 2009). A equipe foi constituída por Svetlana Bagaudinova, Karim O. Belayachi, Mema Beye, Frederic Bustelo, César Chaparro Yedro, Maya Choueiri, Santiago Croci Downes, Sarah Cuttaree, Marie Delion, Allen Dennis, Jacqueline den Otter, Alejandro Espinosa-Wang, Kjartan Fjeldsted, Carolin Geginat, Cemile Hacibeyoglu, Sabine Hertveldt, Nan Jiang, Palarp Jumpasut, Dahlia Khalifa, Jean Michel Lobet, Oliver Lorenz, Valerie Marechal, Andres Martinez, Alexandra Mincu, Joanna Nasr, C. Njemanze, Dana Omran, Caroline Otonglo, Camille Ramos, Yara Salem, Pilar Salgado-Otónel, Umar Shavurov, Jayashree Srinivasan, Susanne Szymanski, Tea Trumbic, Marina Turlakova, Caroline van Coppenolle e Lior Ziv. Patrick Fitzgerald e Bryan Welsh prestaram assistência nos meses anteriores à publicação.

O serviço on-line do banco de dados do *Doing Business* é dirigido por Ramin Aliyev, Preeti Endlaw, Felipe Iturralde e Graeme Littler. Os aspectos de contato com a mídia e estratégia de marketing do relatório do *Doing Business 2010* estiveram a cargo de Nadine Ghannam. Os eventos e estratégia de apresentação ao público são dirigidos por Jamile Ramadan. Toda a gestão de reconhecimento e atividades de divulgação estão sob a direção e orientação de Suzanne Smith.

Agradecemos os valiosos comentários oferecidos por colegas do Grupo Banco Mundial e também pela orientação dos Diretores Executivos do Grupo Banco Mundial.

Oliver Hart e Andrei Shleifer forneceram consultoria acadêmica sobre o projeto. O projeto sobre pagamento de impostos foi realizado em colaboração com a PricewaterhouseCoopers, liderado por Robert Morris. O desenvolvimento dos indicadores de obtenção de eletricidade foi financiado pelo Fundo Fiduciário da Noruega (NTF).

Alison Strong revisou o manuscrito. Gerry Quinn elaborou o relatório e os gráficos.

Só foi possível realizar esse relatório com a contribuição generosa de mais de 8.000 advogados, contadores, juízes, pessoas de negócios e autoridades públicas de 183 economias. Os colaboradores globais e regionais são firmas que preencheram várias pesquisas em seus diferentes escritórios espalhados pelo mundo inteiro.

As citações deste relatório são de parceiros do *Doing Business*, salvo indicação em contrário. Os nomes das pessoas que preferem ser reconhecidas individualmente estão listados abaixo. Detalhes de contato são colocados no website do *Doing Business*: http://www.doingbusiness.org.

WWW.DOINGBUSINESS.ORG

palgrave
macmillan

THE WORLD BANK

IFC
International Finance Corporation
World Bank Group